



As sondagens dos jornais, como as dos partidos e as do próprio Governo, revelam, de há meses a esta parte, uma insistente preferência dos portugueses para presidente da República por um nome que não aparece na TV nem nos cabeçalhos da Imprensa — o da eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo.

O fenómeno, singular pela invariabilidade como pelos números por que as preferências se exprimem, há-de ter algumas razões... Tanto mais que se manifesta exactamente numa altura em que, nos telejornais e por tudo o que é comunicação social, aparecem candidatos a candidatar-se a porre-se nos bicos dos pés. Razões que, desde logo, ponham em causa a real capacidade da Informação para intoxicar e manipular as consciências e as vontades. As todopoderosas máquinas de propaganda não podem, afinal, tudo, ao que parece. E a opinião forma-se também em lugares nem sempre acessíveis ao Telejornal.

O JN foi à procura dessas razões, e o rosto que descobriu, para além do rosto de um mais que provável candidato (repare o leitor como a eng.^a Lurdes Pintasilgo, adiantando embora uma certeza sobre a candidatura, se posiciona constantemente, como tal, nas respostas às questões formuladas e às não formuladas...), foi sobretudo o rosto do desencanto e das perplexidades, e também o da esperança de mudança que pulsa no coração das pessoas. Em política, a insatisfação é um capital eleitoral elementar; dificilmente um candidato (ou um candidato a candidato) não se reivindicará dela. Das posições dos políticos, o leitor não deixará de concluir, com a sabedoria da experiência de cidadão de um país onde se fala tanto, da sinceridade e, sobretudo, da difusão das suas propostas.

Esta entrevista resultou de uma conversa informal de várias horas com Maria de Lurdes Pintasilgo, num fim de tarde de Novembro, coando-se por uma vasta janela sobre Lisboa. Os «ses» e os «porquês» da sua candidatura à Presidência, a função presidencial no actual quadro constitucional, o país que somos e o que podemos ser, os partidos, a política, e questões concretas como a CEE, o FMI, a dívida externa, o sector empresarial do Estado, e o que mais adiante se verá, em palavras que o gravador registou longamente e que tiveram (com uma ajuda da entrevistada) que ser reduzidas aos limites de uma peça jornalística.

As perguntas e as respostas aqui ficam. Com a inteira consciência de que muita coisa ficou por dizer.



Maria de Lurdes Pintasilgo

FORTALECE-SE O SENTIMENTO DE QUE A MINHA CANDIDATURA SE TORNA NECESSÁRIA

Entrevista de M. A. PINA e fotos de ÁLVARO GERALDO

Alguém independente e isento

JN — Que sentido se lhe afigura ter a sua presença permanente à frente das sondagens sobre as «presidenciais»?

MLP — É-me difícil justificar exhaustivamente esse facto. Penso, no entanto, que isso se deve, sobretudo, aos desejos dos portugueses de que se apresente uma candidatura fora do quadro partidário. Os portugueses querem, nas actuais condições da sociedade portuguesa, que o futuro presidente da República continue a ser uma personalidade independente e isenta, capaz de, com essa postura, garantir estabilidade ao regime para que os vários projectos governativos se possam desenvolver em paz e para que os portugueses se sintam em segurança. Quer-me parecer que os portugueses temem a transformação da função presidencial num instrumento de troca de favores, dando vantagens injustas a um ou mais partidos. Seria um grave erro político, de consequências fatais para a Democracia, partidariar a Presidência da República. Repare que, depois da revisão de 82, a vida portuguesa foi excessivamente partidariada; assistiu-se a uma partilha, por vezes desproporcionada, de lugares na banca, nas empresas públicas, na comunicação social, nos ministérios, por clientes dos partidos no Poder, sem respeito por valores como a competência e a justiça, antes marginalizando muitos técnicos de inegável valor. Creio, por isso, que a circunstância de eu ser independente, aliada ao facto de ter uma maneira diferente de encarar a política, explica essa presença à frente das sondagens realizadas até agora.

JN — Que tipo de independência? Tem-na referido relativamente ao quadro partidário, dizendo que independente é aquele que, não sendo militante de um partido, não é também uma emanção dos partidos...

MLP — Quando falo em independência refiro-me à não subordinação a quaisquer poderes. Independente em relação ao quadro partidário, mas também independente do poder económico e, obviamente, de inter-

cial é nominal, promovida por cidadãos, enquanto cidadãos livres e autónomos, e que, sendo de respeitar a posição de partidos e grupos neste acto eleitoral, de facto o elemento decisivo é a vontade individual de cada um.

Uma maneira diferente de encarar a política

JN — Pensa que a imagem que deixou o V Governo de que foi primeira-ministra pode ter alguma influência nessa exigência de diferença, nessa esperança de diferença e de mudança que as pessoas parecem depositar em si?

MLP — Penso que sim. E acredito que as sondagens reflectem também a memória das pessoas. O V Governo, apesar de estar desde o início limitado a uma duração fixa, assumiu o Poder com toda a convicção. O Poder quando existe é para ser exercido sem hesitações em nome do bem comum. O V Governo dispunha da confiança do presidente da República e da Assembleia da República que aprovou o seu programa e, por

para podermos entrar em diálogo, de cabeça erguida, com todos os países, sejam eles quais forem. O nosso país não tem de facto de que a execução desses programas está, por regra, subordinada aos jogos de forças entre os partidos políticos, à influência dos grupos de pressão dentro de cada partido e às clientelas sucessivas que se vão criando. E quando isso acontece a vontade política de realizar alguma coisa esvazia-se. O objectivo da actividade política perde-se.

Outra causa parece-me ser a incompreensão de política tal como ela é entendida hoje no Mundo. Política é hoje uma arte, uma ciência e uma técnica, realizada por instrumentos adequados ao nosso Mundo: uma arte, uma ciência e uma técnica executadas com instrumentos de estudo, de planificação, de gestão por objectivos, de avaliação de gestão ao longo do trabalho. Por isso, a política, hoje, não tem nada que ver com o dizer, o dizer eu, dos jogos de palavras. A prescrição que nós temos da vida política portuguesa é que as palavras substituam os actos e, por isso mesmo, acaba por não existir vontade política capaz de levar por diante um programa e de melhorar a vida do povo português. Repare que esse tem sido a falha da generalidade dos governos.

«Decisão de me candidatar será para ir até ao fim»

JN — Concretamente, o que pode ainda

MLP — Como sabe, a Constituição define a função presidencial como garante da independência nacional, da unidade do Estado e do funcionamento regular das instituições democráticas. Esta tripla missão compete ao presidente da República responsabilidades que, em meu entender, justificam por si só um programa de intervenção política, que permita extrair do regime político-constitucional do momento todas as suas possibilidades...

JN — Não pensa então que os actuais poderes presidenciais sejam insuficientes?

MLP — Penso que a evolução da situação portuguesa tem vindo a confirmar que a função presidencial no regime político português é decisiva. É interessante verificar que se volta a falar, desde há algum tempo, na importância do reforço dos poderes do presidente. Mesmo pessoas, que foram actores importantes da revisão constitucional que subtraiu ao PR algumas das suas prerrogativas, começam hoje a dizer que é necessário o reforço dos poderes do presidente. Estou inteiramente de acordo com essa afirmação, mas não para postular de forma imediata uma revisão constitucional. Julgo que, na altura própria, as forças partidárias devem assumir, como lhes compete, a responsabilidade dessas mudanças.

JN — Em sua opinião, o actual presidente da República terá, afinal, sabido ou não explorar todas as virtualidades do regime?

- FUTURO PR DEVE CONTINUAR A SER INDEPENDENTE E ISENTO
- FUNÇÃO PRESIDENCIAL NÃO PODE SERVIR PARA TROCA DE FAVORES
- NUNCA ACEITAREI APOIOS PARTIDÁRIOS PARA OBTENÇÃO DE FAVORES
- O NOSSO PAÍS NÃO TEM QUE PASSAR A VIDA BATENDO À PORTA DOS OUTROS
- A POLÍTICA É HOJE UMA ARTE, UMA CIÊNCIA E UMA TÉCNICA
- POLÍTICA NÃO PODE SER DIZER-TU-DIREI-EU DOS JOGOS PARTIDÁRIOS
- NA POLÍTICA PORTUGUESA NÃO PALAVRAS E NÃO ACTOS
- COMO PODE PROGREDIR UM PAÍS SEM PLANO DE DESENVOLVIMENTO?
- TEM HAVIDO FALTA DE VONTADE POLÍTICA NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO
- REGIME NÃO ESGOTOU AS SUAS POSSIBILIDADES
- O PODER NÃO EXISTE PARA SI PRÓPRIO
- PRÓXIMA REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO DEVE PREVER O REFERENDO
- REGIONALIZAR É RECONHECER REALIDADE DE UM PAÍS QUE TEM VÁRIOS CENTROS
- A MANEIRA PRÁTICA COMO O REGIME FUNCIONA NÃO SATISFAZ
- MINHA INTERVENÇÃO POLÍTICA DERIVA DE SER CRISTA
- DEDICAÇÃO AO PRÓXIMO (NASCIDA DA FE) INSEPARÁVEL DA INTERVENÇÃO NA VIDA SOCIAL
- NÃO É NOS GABINETES E SEM OS INTERESSADOS QUE SE PODE GOVERNAR



Governo dispunha da confiança do presidente da República e da Assembleia da República que aprovou o seu programa e, por

ADESAO À CEE: FALTA INFORMAÇÃO

A adesão à CEE é um processo irreversível, embora vá criar situações de extrema dificuldade para alguns sectores agrícolas e industriais. Por isso, a forma como se têm vindo a processar as negociações não pode deixar de preocupar todos os que lutam pela sobrevivência das empresas numa situação de crise, já que o período de transição para a plena integração alargará, mesmo na opinião de certos da CEE, essa situação. Este processo não pode ser conduzido num secretismo e num «faz-de-conta» que escondam ao povo português as verdadeiras dificuldades que a adesão põe. É indispensável uma informação exacta e regular sobre este processo. A capacidade de fazer viver a Democracia também se mede pela clareza e verdade com que se mantém o povo português informado sobre assunto de tanta importância.

Para além dos aspectos especificamente económicos da adesão, preocupa-me a mitologia criada pela maior parte dos nossos governos, tornando a integração europeia naquilo que uns chamaram de «grande designação nacional» e outros de «prioridade das prioridades». Se tal correspondesse a verdade dos factos, teríamos de concluir, face aos sucessivos adiantamentos, que estava em causa algo de vital para a nossa vida como Nação... Essa forma de pôr o problema é atentória da dignidade nacional. Não só rejeito uma perspectiva de subserviência na nossa adesão à CEE como julgo que o respeito pela nossa História e pelo nosso valor cultural nos deveria levar a colocarmo-nos em pé de igualdade com os outros países europeus, tentando construir uma Europa capaz de desempenhar no Mundo de hoje um papel decisivo para a salvaguarda da paz e dos grandes valores que fizeram no passado a sua grandeza.

FMI: NÃO À SUBSERVIÊNCIA

Estamos a adoptar em relação ao FMI as mesmas atitudes de subserviência que estão presentes nas negociações com a CEE. Ninguém tem dúvidas de que o FMI tem ajudado alguns países a ultrapassar dificuldades conjunturais. Mas é um facto que em muitas ocasiões a inflexibilidade das políticas económicas do Fundo põe em causa a soberania nacional. É preciso, por isso, lembrar constantemente que os estatutos do FMI impõem a subordinação da concessão dos empréstimos aos projectos de desenvol-

SECTOR PÚBLICO: HÁ QUE MUDAR

A discussão sector público/sector privado deve ser encarada, tendo presente que, se o país, em certos casos, pagou muito caro algumas nacionalizações, feitas sem conhecimento técnico dos sectores de actividade por elas cobertos, pagará mais caro ainda o preço de um regresso linear à situação anterior.

Reduzir esta discussão apenas à vertente ideológica é um erro grave. Há formas tecnicamente correctas e politicamente consensuais de resolver as grandes questões económicas postas pela existência de um grande sector nacionalizado da economia. E hoje um dado adquirido é que o sector público deve resultar da conjugação de vários factores em que intervm, entre outros, a segurança do Estado, as exigências de uma política antimonopolista que garanta a liberdade da iniciativa privada, a política nacional de investimentos, a capacidade de o Estado controlar efectivamente as empresas que administra.

Parte-me, assim, evidente que o comportamento do Estado em relação ao seu sector empresarial tem que mudar. As empresas devem ser racionalizadas, redimensionadas e dotadas de meios necessários, incluindo gestores nomeados pela sua competência de gestão e pelo seu conhecimento e experiência do respectivo ramo de actividade. Essas empresas devem ter níveis de liberdade e de autonomia internas e de gestão que lhes permitam atingir a rentabilidade custos/benefícios indispensável à sua sobrevivência a prazo, concorrerem numa economia de mercado, dar conta da sua actividade à opinião pública (Parlamento, imprensa, consumidores, comunidade industrial e agrícola) e serem, ao fim e ao cabo, úteis ao país e à comunidade.

Em relação ao sector privado, é óbvio que o Estado tem responsabilidades na definição de regras claras. Cada um dos agentes económicos tem de saber muito bem aquilo com que conta em cada momento.

UMA MULHER NA PRESIDÊNCIA?

Nunca entrarei em conta com o facto de ser mulher para ponderar a eventualidade da minha candidatura. Não vejo nenhuma incompatibilidade na circunstância de uma mulher poder vir a ser o presidente da República, nem creio que a maioria dos portugueses veja, isso não tem nada de surpreendente nem de novo. Basta olhar para a nossa História para encontrar mulheres que assumiram grandes responsabilidades no curso da nossa vida colectiva, a começar logo por D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques. É um absurdo a discriminação homem/mulher para o exercício de quaisquer funções na sociedade, portanto também para o exercício de funções políticas. A capacidade passa, sim, pelas qualidades que as pessoas revelam: pessoas preocupadas com o bem dos outros ou com o seu próprio bem, pessoas honestas ou desonestas, mais ou menos capazes do ponto de vista intelectual, mais ou menos firmes, mais ou menos carismáticas, mas a fronteira, como é óbvio, não coloca de um lado os homens e do outro as mulheres.

Essa é uma questão ultrapassada em definitivo nos tempos modernos. Basta lembrar que a maior Democracia do Mundo era, até há um mês, dirigida por uma mulher, Indira Gandhi, e que o destino dos ingleses está a ser conduzido também por outra mulher. De resto, ainda na Europa, repare que, além das rainhas, que são por direito próprio chefes supremos das Forças Armadas, há duas mulheres exercendo o cargo de presidente da República: em Malta e na Islândia...

reuses estrangeiros. Alguém que se situe, como o general Eanes se tem situado, de uma forma isenta, e que, como ele, seja de facto o presidente de todos os portugueses.

JN — Essa independência poderá significar também a inexistência de compromissos privilegiados com qualquer dos componentes da sociedade?

MLP — Como sabe, há sintonias e afinidades que se manifestam sempre. Mas uma questão são as sintonias e as afinidades e outra os compromissos. Considero inadmissível que um candidato presidencial se lique a outros compromissos que não sejam o de cumprir e fazer cumprir a Constituição.

JN — Não aceitará então apoios de partidos políticos à sua eventual candidatura?

MLP — Quero dizer apenas que nunca aceitarei, se porventura me candidatar, apoios directos ou indirectos de partidos ou grupos políticos com a finalidade de obterem contrapartidas e favores políticos. Mas encaro como normal o apoio de formações partidárias, de forças sociais que, pouco acima de tudo, o interesse nacional, vejamos nesta eventual candidatura uma oportunidade para alargar o regime em bases cada vez mais sólidas. Não quero, no entanto, deixar de acentuar que a eleição presiden-

1880, não se faz rogado. O V Governo governou mesmo.

JN — Afirmar que tem uma maneira diferente de encarar a política. Quer dizer concretamente o quê?

MLP — Dizer que partilho das ideias que informam uma nova cultura política que está presente em quase toda a Europa. É uma cultura que não separa as liberdades fundamentais das condições económicas e sociais da sua realização, que dá importância a todas as forças sociais e culturais que exprimem as aspirações e a identidade de pessoas e grupos. É uma cultura que, noutra perspectiva, põe em causa a extensão atribuída na vida social ao papel do Estado, e que considera como verdadeiramente norteador de toda a política o tipo de resposta que se propõe dar às grandes necessidades materiais e culturais. Por isso, tem como imprescindível a introdução do processo técnico e científico no processo de produção e distribuição da riqueza. E neste contexto — e só neste contexto — que acredito na possibilidade de Portugal se transformar num país moderno. Não somos ricos, é certo, mas temos uma consistência histórica muito forte (que nasceu no Norte) e nos dá a dignidade, a possibilidade e a coragem necessárias

direito, devíamos pertencer. Não tenho dúvida de que é possível orientar a vida política de outro modo.

JN — Não é, portanto, uma fatalidade a crise. Mesmo no actual contexto económico e social...

MLP — Não. Há é uma frouxidão permanente no exercício do poder político que deixa perplexa qualquer pessoa. Se agarrar nos programas dos diferentes governos e verificar, por exemplo, quais são os objectivos da política da área social, ou da área cultural, ou ainda na reforma da Administração Pública, encontra propostas muito semelhantes. E perguntamos: mas então por que é que isso não se executa? Se ao fim de nove governos constitucionais encontramos mais semelhanças do que divergências nos programas aprovados na Assembleia da República, temos que nos interrogar por que é que, tendo passado pelo Governo quase 500 pessoas, nada disso se executou. Em grande parte, a razão está, em meu entender, na falta de vontade política e de coerência na execução dos programas...

JN — Essa falta de vontade política não será também uma fatalidade da estrutura partidária? Ou do que resulta disso?

MLP — Julgo que resulta sobretudo da

impedir a sua candidatura à Presidência da República?

MLP — Muita coisa. Considero, por exemplo, que ainda não estão suficientemente esclarecidas as condições políticas em que se vão disputar as próximas eleições presidenciais; está longe do fim o processo de diálogo que encestei com pessoas de todo o país que representam forças sociais que respeito profundamente. O que lhe asseguro é que a minha decisão não será fundada em jogos de Poder. Vai-se formando, em resultado de diversos factores, quer de ordem subjectiva quer objectiva. Nas últimas semanas fortaleceu-se o sentimento de que a minha eventual candidatura se torna necessária numa perspectiva de serviço à comunidade a que pertenço. Nesse contexto tem peso a existência ou não das candidaturas independentes e credíveis que evitem roturas com o regime democrático e assegurem a continuidade do exercício da função presidencial com equilíbrio, isenção e rigor. O que lhe posso dizer é que se a decisão for no sentido de me candidatar, então será uma decisão para ir até ao fim.

JN — E que poderá fazer um presidente da República no actual quadro constitucional?

MLP — O general Ramalho Eanes levou até ao limite a sua própria concepção da função presidencial. Disse ninguém tem dúvidas. Mas repare que o general Ramalho Eanes foi eleito em 1980, na base de um programa que foi sufragado pelo eleitorado e num quadro constitucional que lhe conferia mais poderes. A circunstância de, a meio do seu mandato, se ter operado uma revisão constitucional que limitou as competências do PR, não pode deixar de ter sido experimentada como redutora da função presidencial. Por isso, concordo inteiramente com o general Ramalho Eanes quando exprime publicamente a contradição entre a situação de um presidente da República eleito por sufrágio universal, na base de um programa e a redução de poderes que a revisão de 82 veio a operar.

regime tenha esgotado todas as suas possibilidades. Há muitos aspectos da Constituição que ainda não foram postos em prática. A regionalização está por fazer. O plano de desenvolvimento não existe. Como é que um país pode progredir, como é que se pode melhorar a vida das pessoas se não há um plano de desenvolvimento? Isto é qualquer coisa de trágico na vida portuguesa, porque o objectivo de qualquer sociedade é o desenvolvimento — o desenvolvimento «de todos os homens e de cada homem» — e não se pode dizer que há desenvolvimento enquanto um homem viver em condições infra-humanas. Infelizmente, na nossa sociedade ainda temos muita gente a viver nessas condições. Não me parece, por isso, que esteja-mos a realizar o essencial da Constituição. Isto é, conseguir uma estrutura político-jurídico-constitucional que viabilize o desenvolvimento...

JN — E como é que no quadro actual se pode caminhar nessa direcção?

MLP — Julgo que se torna necessária a conjugação das várias forças da sociedade, com consensos muito largos, a volta de um certo número de programas-chave para a

Uma estrutura que viabilize o desenvolvimento

JN — Mas, insistindo, considera ou não que as potencialidades do regime estão esgotadas?